



STF decide na quinta-feira quem fica na presidência do TRF da 3ª Região

O Plenário do Supremo Tribunal Federal julga, na quinta-feira (1º/10), o recurso que discute quem deve ficar na direção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Reclamação 8.025 foi apresentada pela corregedora eleita, desembargadora Suzana de Camargo. O ministro Eros Grau é o relator do pedido.

Suzana recorreu à corte depois de perder a eleição para presidente do TRF-3 para Baptista Pereira por uma diferença de quatro votos. Baptista Pereira conseguiu 21. O problema, porém, veio antes desta votação. Em questão de ordem, os desembargadores discutiram se Baptista Pereira poderia ou não concorrer novamente porque já exerceu os cargos de vice-presidente e corregedor num total de quatro anos, limite previsto pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

No dia 24 de abril deste ano, o ministro Eros suspendeu a posse do desembargador Baptista Pereira, eleito no dia 2 de abril para ocupar a presidência do TRF-3. Com a decisão, a desembargadora Marli Ferreira continua no comando do tribunal. Em primeira análise, o relator frisou que, em tese, a eleição pode ter descumprido a decisão do Supremo na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.566, quando a corte declarou que cabe à Lei Orgânica da Magistratura definir o universo de magistrados elegíveis nos tribunais.

Já no STJ, nesta terça-feira (29/9), tem julgamento do mérito do pedido de Habeas Corpus 57.789 do ex-juiz Nicolau do Santos Neto. Ele fora condenado em 2006 pela Justiça Federal de São Paulo a 26 anos e seis meses de reclusão pelo desvio de R\$ 169 milhões das obras do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo. No pedido, ele pede anulação desta sentença do TRF-3 que o condenou.

Ainda nesta segunda-feira, o gabinete da conciliação do TRF-3 começou mais um mutirão de audiências de conciliação em processos envolvendo o Sistema Financeiro da Habitação que estão tramitando na segunda instância, em grau de recurso. As conciliações vão até sexta-feira (2/10).

Estão previstas audiências em 300 processos. O mutirão ficará sob a coordenação do juiz federal Paulo César Neves Júnior. Serão abertas 12 mesas de negociação, onde o mutuário poderá formalizar um acordo com a Caixa Econômica Federal e colocar fim a sua dívida da casa própria.

Terça-feira

Superior Tribunal de Justiça

?A 6ª Turma julga o HC 57.789 ajuizado pela defesa do ex-juiz Nicolau do Santos Neto. O pedido de liminar já fora negado pelo tribunal. Agora, os ministros vão discutir o mérito do recurso em que Nicolau pede que a sentença que o condenou a 26 anos de prisão seja anulada. Ele alega cerceamento de defesa e irregularidades no curso da denúncia.

Conselho Nacional do Ministério Público

?Julgamento do Procedimento de Controle Administrativo (0.00.000.001094/2008-08) da Associação



Sergipana do Ministério Público (ASMP) contra o Ministério Público de Sergipe. No pedido, a associação pede revisão da decisão dada pela Procuradora-Geral de Justiça do estado que denegou requerimento sobre pagamento de diferença de vencimento em favor de promotor de Justiça substituto.

Conselho Nacional de Justiça

?O conselheiro Felipe Locke vai julgar Procedimento Administrativo sobre nepotismo no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Câmara dos Deputados

?A subcomissão especial criada pela Comissão de Viação e Transportes para analisar a revisão do Código Brasileiro de Trânsito começa a discutir o parecer do relator, deputado Marcelo Almeida (PMDB-PR). O parecer ainda não foi divulgado. A reunião será às 15h na presidência da comissão (sala 175-A do anexo 2).

Senado

?A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz audiência pública, às 10h, para tratar da assistência às famílias de vítimas do acidente ocorrido com o voo 447 da companhia Air France, no dia 31 de maio. A aeronave, que fazia o trajeto Rio de Janeiro-Paris com 228 pessoas a bordo, caiu no Oceano Atlântico a 1.500 quilômetros de Recife.

Quarta-feira

Supremo Tribunal Federal

?Os ministros julgam a Ação Direita de Inconstitucionalidade 2.688, que contesta a Lei 13.561/2002-PR. A norma autoriza o Poder Executivo do Paraná a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa, consistente na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo popular para cada policial, zero quilômetro de fabricação nacional. O relator é o ministro Joaquim Barbosa.

? Julgamento da ADI 2.376 sobre incentivo fiscal. A ação ataca o Decreto 26.005/00, do Estado do Rio de Janeiro, que desonera do pagamento do ICMS as operações internas com insumos, materiais, máquinas e equipamentos destinados a emprego em plataformas de petróleo e as embarcações utilizadas na prestação de serviços marítimos e de navegação. O ministro Marco Aurélio é o relator.

Superior Tribunal de Justiça

?A 4ª Turma irá decidir se viúva, que casou na separação total de bens, tem direito a herança mesmo com testamento tendo sido feito antes da vigência do novo Código Civil, que entrou em vigor em 2003. O marido morreu depois disso.

Senado

?A Comissão de Constituição e Justiça se reúne para a sabatina do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal.

?O PLC 73/09 é o primeiro item da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação



e Informática. O projeto tem por objetivo dar base legal aos convênios de cooperação técnica e científica que a Anvisa faz com instituições públicas de pesquisa, universidades públicas e organismos internacionais.

Quinta-feira

Superior Tribunal de Justiça

?Os ministros da 5ª Turma julgam o Recurso Especial ajuizado por Eurico Mirando, ex-presidente do Vasco. Ele fora denunciado por crime contra a Administração Pública.

Supremo Tribunal Federal

?O Plenário da corte julga a Reclamação 8.025 sobre o impasse da eleição do TRF-3. O relator do pedido, ajuizado pela corregedora Suzana de Camargo, é o ministro Eros Grau.

? Missa que marca o trigésimo dia da morte do ministro Carlos Alberto Menezes Direito. A homenagem será no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal, às 11h, com a presença de familiares e amigos.

Defensoria Pública

?Defensores Públicos do Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima promovem simultaneamente, o dia Internacional do idoso. Na ocasião, terá o lançamento oficial da cartilha

Defensor Público: Amigo do Idoso

A população idosa receberá orientação jurídica durante todo o dia por meio de mutirões de atendimento e palestras com enfoque em algumas problemáticas específicas (empréstimo consignado, superendividamento e violência contra o idoso, por exemplo).

Date Created

28/09/2009